

Patrimônios e Museus: Políticas Públicas Culturais no Brasil Nilo Cerqueira ¹

Resumo

Este artigo surgiu durante as aulas do programa de doutoramento em Sociomuseologia, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

A abordagem desse artigo é questionadora e cumpre um papel importante na compreensão e ampliação das discussões a cerca dos temas abordados nesse artigo, em relação do que é proposto e do que é posto em prática. São temas recorrentes da realidade brasileira e que demandam de grande atenção, pois tratam da vida de muitas pessoas, de principalmente do dinheiro público empregado nessas ações.

Palavras Chaves: Políticas públicas, Políticas Culturais, Museus, Patrimônios.

Abstract

This paper appeared in class in the doctoral program Sociomuseology, Lusophone University of Humanities and Technologies.

The approach of this article is questioning and plays an important role in understanding and expansion of the

¹ Nilo Cerqueira é Doutorando em Patrimônio e Desenvolvimento Cultural, na ULHT (Portugal) Mestre em Marketing e Branding (UNIFACS), Graduado em Design pela (UNEB). É consultor nas áreas de Branding, Gestão de Marca.

discussions about these issues in relation to what is proposed and what is implemented. Are recurring themes of Brazilian reality that demand a lot of attention, because they deal in the life of many people, especially the public employee money in these stocks.

Key words: Public policies, Cultural Policies, Museums, Heritage.

Introdução

Este artigo surge durante as aulas de doutoramento em museologia em Portugal e trás algumas questões que são importantes a serem debatidas sob um prisma diferente do que vem sendo tratadas essas questões.

A abordagem em geral é sobre a politica cultural no Brasil, com um enfoque especial no *Cultura em números, Plano Nacional de Cultura e o Plano Nacional Setorial Museus* buscando compreender a dimensão desses documentos e mais precisamente, suas preocupações com a área de patrimônios e museus.

Atentando para a consistência dos números, a validade das pesquisas, o tratamento dos dados, o reconhecimento das necessidades e principalmente a construção de metas e os indicadores, o os prazos para o cumprimento desses objetivos. Essa atenção é reforçada por conta da configuração de um desses documentos, o Plano Nacional Setorial Museus que é um documento transversal aos governos, ou seja, tem uma validade maior do que a vigência do governo federal em que foi planejado. O artigo ponta de forma direta o que é positivo e o que não é positivo dentro da politica cultural e os gaps de tratamentos dos números e medidas de mensuração.

É preciso ampliar as discussões e perceber qual o melhor caminho tendo como finalidade a universalização do acesso à cultura e educação, mas principalmente facilitando o acesso aos que historicamente foram deixados dos planos sociais.

Políticas Culturais e Museus.

Tratar de política no Brasil é complicado. Falar de políticas públicas mais ainda. E falar de políticas públicas culturais... O esforço chega a ser sobre-humano.

Geralmente o que se tem de resultado das políticas culturais no Brasil são sempre ações desastrosas, dispendiosas e que o benefício real pra sociedade é questionável.

Parte desse resultado desastroso e questionável se deve ao partidarismo, presume-se que tudo o que foi feito (se foi feito) pelo governo anterior de outro partido, deve ser descartado e refeito um mapeamento e um planejamento contemplando aquilo que o novo governo preza por ser prioridade.

Sem falar nos projetos contemplados por um governo que no outro deixam de existir, ou que sofrem cortes de verbas repentinos, ou para aqueles em que definitivamente não podem ser extintos, troca-se a direção, por uma aliada. Essa é uma constante e ocorre nas três esferas do poder. Municipal, Estadual e Federal. Mas há também o que podemos chamar de “fogo amigo”.

Um exemplo? O Governo Lula² e o Cultura Viva³, após o Governo Dilma⁴ de mesmo partido e uma sucessora eleita

² O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva governou o Brasil de 2003-2010.

pela mão próprio. Resultado, quase nada foi investido, e o projeto anda quase extinto.

Deveria ser uma postura interessante dos governos, antes de propor quaisquer políticas públicas, ter um diagnóstico apurado do campo, com as demanda que a sociedade necessita, priorizar os beneficiários que essa política visa atender após isso, indicar quais são os meios para atender tais demandas e dimensionar o impacto dessas demandas nesses equipamentos culturais. Mas nem sempre é dessa forma que isso ocorre.

O que de fato acontece é o fluxo vir na contramão. Primeiro vem à implementação da política pública, ou cultural depois a o diagnóstico do campo (quando ocorre diagnóstico) ... E aí a mensuração do impacto e dos resultados é sempre “Deus nos acuda”.

Isso muitas vezes se deve primeiramente a necessidades de demonstrar que está sendo feito algo, independente desse “algo” ser viável, efetivo e depois à ausência de lastro dos órgãos públicos, da falta de dados proveniente de boas pesquisas, censos e indicadores, pra monitorar e perceber a dinâmica social. E isto ocorre principalmente nas áreas de cultura e educação.

O Ministério da Cultura no ano de 2010, último ano do Governo Lula apresentou em seu site o *Cultura em Números*⁵ como sendo uma aproximação da cultura com os métodos quantitativos, ou como dito por Juca Chaves “trazer à tona

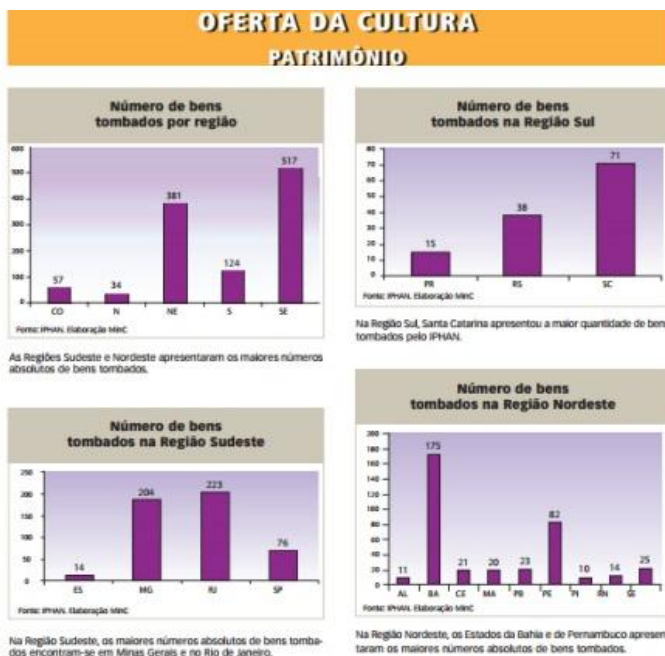
³ Programa de Cultura do Governo Lula tendo Gilberto Gil como Ministro da Cultura no primeiro mandato e no segundo mandato Juca Chaves.

⁴ Dilma Rouseff atual presidente do Brasil.

⁵ Programa do MinC (Ministério da Cultura) na gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, tendo como seu Ministro Juca Ferreira.

certos diagnósticos, certos números sobre a realidade cultural no Brasil, números que antes se encontravam na penumbra”.

No entanto, é preciso entender qual a dimensão política do *Cultura em Números* e a consistência dos números apresentados.



O documento está dividido em cinco grandes áreas: Oferta, Demanda, Indicadores, Financiamento e Gestão. No entanto esse artigo irá focar no que diz respeito a patrimônio e museus, no qual é objeto da análise.

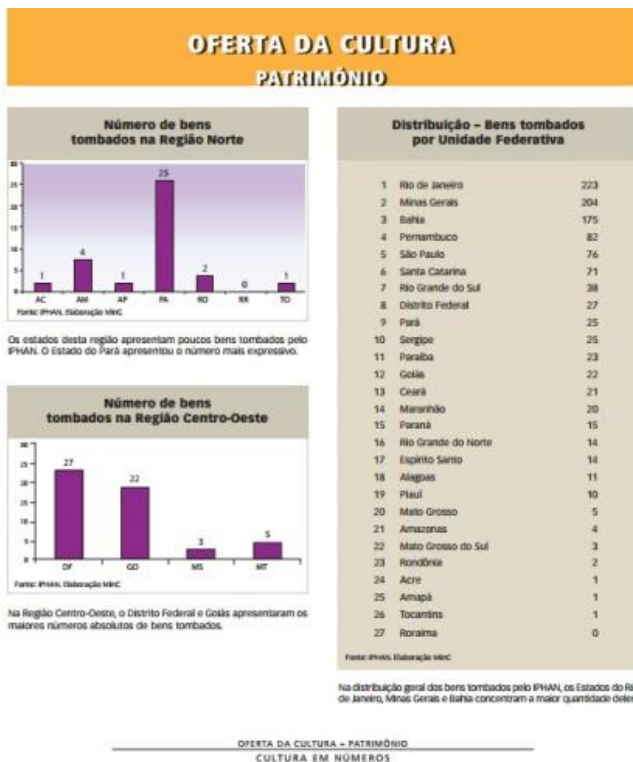


Fig1. Fig.2 Quadro de Oferta da Cultura por região e por estado – Patrimônio – Cultura em Números (Ver melhor em anexos)

De acordo com o documento Cultura em Números, secção Patrimônio as regiões Nordeste (NE) e Sudeste (SE) apresentam os maiores números absoluto de bens⁶

⁶ O Cultura em Números dispõe de um glossário no qual define: Patrimônio imaterial: Bens de natureza imaterial como conhecimentos, processos e modos de saber e de fazer, rituais, festas, folguedos, ritmos, literatura oral, etc. Patrimônio material: Bens materiais como obras, objetos, documentos, edificações, conjuntos urbanos, sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, etc.

tombados, 381 e 571 respectivamente. Na região Sul, Santa Catarina apresentou a maior quantidade de bens tombados pelo IPHAN⁷, 71 bens. Na região Sudeste o número absoluto de bens tombados encontra-se em Minas Gerais e Rio de Janeiro, 204 e 223 respectivamente. Na Nordeste, os estados da Bahia e Pernambuco apresentam maiores números absolutos de bens tombados, 175 e 82 respectivamente. Na região Norte, os estados de Pará e Amazonas são os mais expressivos em números absolutos de bens tomados, 25 e 4 respectivamente.

O que esses dados têm a apresentar de significativo? Absolutamente nada. Não demonstram uma relação temporal, aumento ou decréscimo, não descreve em que circunstância se deu o tombo, não dão perspectivas de aumento, muito menos a relação das comunidades com esses bens tombados. Ou seja, os dados só dão conta de dizer o quanto de patrimônio tem em cada região e estados.

No que diz respeito à oferta de museus temos mais uma vez um quadro expositivo de números de museus por região e depois por cidade de cada região

No quadro de ofertas de museu por região, se destacam a região nordeste e a região sudeste, 532 e 964 respectivamente.

Na região sudeste destacam-se os estados de São Paulo e Minas Gerais com 410 e 208 museus respectivamente. Na região Sul destaca-se o estado do Rio Grande do Sul com 358 museus. Na Região Nordeste destacam-se Bahia e Ceará com 143 e 108 museus respectivamente. Na Região Norte pode-se observar que Pará e Amazonas são os mais expressivos, referente aos números de museus 39 e 26 respectivamente. E por fim na Região Centro Oeste destacam-se o Distrito Federal com 57 e Goiás com 51 museus.

⁷ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

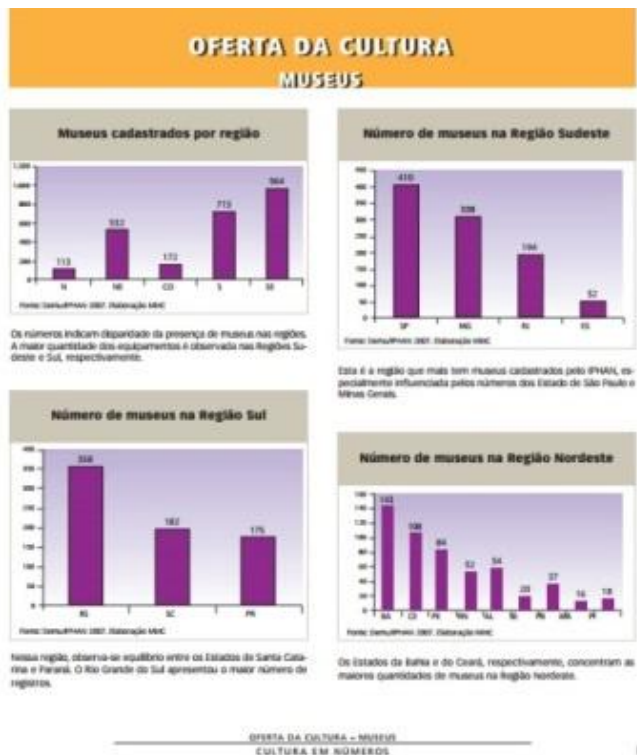


Fig.3.

Quadro de Oferta da Cultura por região e por estado – Museus –
Cultura em Números
(Ver melhor em anexos)⁸

⁸ *Perfil dos Municípios Brasileiros (MUNIC)*, publicada pelo IBGE em 2006 e 2007, com referência a 2005 e 2006, publicado no *Cultura em números 2010*. Essa pesquisa fornece os resultados de um questionário aplicado aos gestores dos 5.564 municípios brasileiros, que, a partir de 2007, por meio de um convênio firmado com o Ministério da Cultura, inclui um Suplemento de Cultura. Esta foi a base para a confecção desses quadros de oferta de Cultura em Números.

por fim na Região Centro Oeste destacam-se o Distrito Federal com 57 e Goiás com 51 museus.

No entanto, o que esses dados apresentam de útil para elaborar e traçar ações a partir dessas informações? Absolutamente nada. Uma contagem de museus que não expressa volume de visitas, não expressa número de exposições, não expressa público potencial e público impactado para mensurar o que foi feito de bom e de ruim pelos museus. Que não cruza investimento destinado ao segmento versus o volume de beneficiados. Ou seja, apenas gráficos para encher as páginas de um documento.

Distribuição dos estados com recursos municipais destinados à cultura							
UF	%	UF	%	UF	%	UF	%
BRASIL	88,44	Paraná	92,48	São Paulo	90,85	Mato Grosso	83,69
Acre	100,00	Ceará	92,39	Amazonas	90,32	Bahia	82,97
Amapá	93,75	Santa Catarina	92,15	Pernambuco	90,27	Goiás	82,93
Espírito Santo	93,59	Alagoas	91,18	Piauí	87,44	Tocantins	79,14
Rio de Janeiro	93,48	Paraná	91,03	Roraima	86,67	Rondônia	76,92
Rio Grande do Norte	93,41	Minas Gerais	90,97	Mato Grosso do Sul	85,90	Maranhão	59,91
Rio Grande do Sul	93,15	Pará	90,91	Sergipe	84,00		

Fonte: BIDE/MUNIC. Elaboração MENC.

O dado mostra a porcentagem dos municípios de cada estado que têm em seu orçamento recursos destinados à cultura.

Fig4. Distribuição dos estados com recursos municipais destinados à cultura – Gestão Cultural - Cultura em Números (Ver melhor em anexos)

Outro aspecto do documento diz respeito à *secção Gestão Cultural*. Segundo as informações do Cultura em Números os dados mostram a porcentagem dos municípios de cada estado que têm em seu orçamento recursos destinados à cultura.

Distribuição dos estados com recursos estaduais destinados à cultura							
UF	%	UF	%	UF	%	UF	%
BRASIL	21,98	Paraná	32,29	Sergipe	21,33	Rio de Janeiro	10,87
Amapá	87,50	Tocantins	30,22	Santa Catarina	17,06	Paraná	10,78
Mato Grosso	43,97	Bahia	30,22	Mato Grosso do Sul	16,67	Piauí	10,76
Amazonas	41,94	Ceará	29,35	São Paulo	14,26	Maranhão	9,68
Acre	36,36	Pernambuco	28,11	Rio Grande do Sul	13,31	Alagoas	6,86
Minas Gerais	33,41	Pará	27,97	Goiás	12,60	Roraima	6,67
Espirito Santo	33,33	Rio Grande do Norte	21,56	Rondônia	11,54		

Fonte: IBGE/ANINC. Elaboração: MEC.

O dado mostra a porcentagem dos municípios de cada estado que têm, em seu orçamento, recursos destinados à cultura. O Amapá apresentou o percentual de distribuição mais elevado entre os estados.

Fig5. Distribuição dos estados com recursos estaduais destinados à cultura– Gestão Cultural - Cultura em Números (Ver melhor em anexos)

Logo após, outra tabela com os dados que mostram a porcentagem dos municípios de cada estado que têm, em seu orçamento, recursos destinados à cultura. O Amapá apresentou o percentual de distribuição mais elevado entre os estados.

Só que, no entanto é a mesma informação anterior contada de outra maneira. Ou seja, quantidade de municípios que possuem orçamento pra cultura, e após isso, separa por estado pra dizer a mesma informação. Não disponibiliza informação de onde é investido esse orçamento, quais são as porcentagens dos equipamentos culturais e em especial patrimônios e museus. Ou seja, são números apenas por ser. Não revelam nenhuma condição favorável ou desfavorável, não permite chegar a uma conclusão ou a um diagnóstico.

Continuando à série de informações deslocadas, e dispensáveis do dossiê Cultura em Números um dado da *seção Financiamento Cultural* na qual traz o supressumo da informação, disponibilizando a evolução da captação de recurso por mecenato para patrimônio cultural.

FINANCIAMENTO DA CULTURA CAPTAÇÃO POR MECENATO



Apresenta a evolução da captação por meio do mecenato para o segmento de patrimônio cultural no período de 1996 a 2006. Os valores estão corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA/IBGE.

Fig6. Financiamento da cultura captação por mecenato–
Financiamento da Cultura - Cultura em Números (Ver melhor em anexos)

O quadro apresenta a evolução da captação por meio do mecenato para o segmento de patrimônio cultural no período de 1996 a 2006, com valores corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA/IBGE.

Esse quadro não dá nenhuma perspectiva de leitura a não ser a de que do ano de 1996 ao ano de 2006 triplicou o valor captado por mecenato. E mais uma vez não podemos perceber se é via Lei Rouanet, se é via Participação Pública Privada, se é incentivo direto proveniente do importado. E fica ainda pior perceber o que está compreendido como patrimônio cultural e qual parte desse montante foram destinados aos patrimônios e museus.

Mas o mais grave a ser percebido neste documento se refere à *secção Demanda* mais especificamente nas *Práticas Culturais nas Capitais*



Fig7. Quadro de Demanda por cultura – Pratica Culturais nas capitais – Cultura em Números
(ver melhor em anexos)

São listadas 32 atividades como sendo classificadas como práticas culturais, mas que, no entanto os museus ou exposições como uma opção cultural de entretenimento nem ao menos é citada, no *Cultura em Números*.

Que leituras podem ser feitas dessa informação? O brasileiro não percebe e não compreende o que significa patrimônio e museus como equipamentos culturais e como práticas culturais.

Por que não dá pra pensar que visitar museus e exposições ou monumentos esteja implícito na questão. Nem que se subentende que museus é área da educação e não está categorizado como equipamento cultural, e por isso não foi contemplado nas perguntas. Porque aí questionaria assim o papel das bibliotecas.

Esta é uma demonstração que para além da inconsistência da pesquisa, um grave descomprometimento ao falar de cultura e política cultural. Como é possível justificar o numero de museus registrados, e até o seu possível aumento, na *secção oferta*, sendo que no mesmo documento não consta essa atividade como uma opção cultural do brasileiro?

É no mínimo um desrespeito para com a população essa forma de brincar com os números. Sem falar na utilização dos dados para composição de um documento que na atura que fora lançado, se propunha ser atual. Dados de 2003 para um relatório de 2010.

PNC – Plano Nacional de Cultura

De acordo com o PNC⁹ e da II Conferência Nacional de Cultura – II CNC, o conjunto de reuniões setoriais, particularmente, a 1a Pré-Conferência de Museus e Memórias. Surgiu mais precisamente o PNSM¹⁰. Um conjunto de metas nacionais e um conjunto de metas setoriais para Museus. Constam nesse PNC algumas estratégias e diretrizes.

Plano Nacional de Cultura – Estratégias e Diretrizes:

⁹ Plano Nacional de Cultura

¹⁰ Plano Nacional Setorial de Museus

Fortalecer a ação do Estado no planejamento e na execução das políticas públicas:

- Incentivar, proteger e valorizar a diversidade artística e cultural brasileira:
- Universalizar o acesso dos brasileiros à fruição e à produção cultural:
- Ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico
- sustentável:
- Consolidar os sistemas de participação social na gestão das políticas
- públicas:

No PNC contam algumas das metas para o campo da cultura e podemos destacar algumas das políticas públicas culturais mais direcionadas a museus excetuando o PNSM que é um plano decano para os museus. Podem ser destacadas dentro do plano de metas para cultura as metas 28, 29, 34, 41 em que são específicas para museus.

Meta 28) Aumento em 60% no número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música

Situação atual: De acordo com a pesquisa sobre práticas artísticas e culturais (Frequência de práticas culturais, do Sistema de Indicadores de Percepção Social – SIPS) realizada em 2010 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 7,4% das pessoas vão mensalmente a museus ou centros culturais. Em relação aos espetáculos de teatro, circo ou dança a

frequência mensal é de 14,2% das pessoas. Frequentam mensalmente espetáculos de música 18,9% da população e, nos cinemas, a frequência é de 18,4%.

Indicador: Número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música, em relação à situação de 2010.

Fonte de aferição: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Com relação à meta 28 do PNC podemos destacar que na previsão do governo está um aumento de 60% do número de pessoas que frequentam equipamentos culturais, no entanto, esta meta não define *estrato social* nem *público*, nem a porcentagem definida ao equipamento cultural museu. Não há por exemplo, capacidade aferir se nessa porcentagem qual deve ser o aumento dos museus dentro do universo equipamento cultural, o qual o museu pertence. Qual estrato teve maior ou menor recorrência a esse equipamento cultural? Neste caso, não podemos a partir dessa proposta definir que se trate de uma política pública de inclusão das minorias, proposta na diretriz desse documento. Algo que pode ser levantado nessa questão é: Museu pra quem? Qual o perfil que tem sido beneficiado pelas políticas culturais no Brasil? Os 7,4% que já frequentam os museus e outros equipamentos culturais ou o restante dessa porcentagem?

Meta 29) 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência

Esta meta refere-se à garantia do atendimento à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e ao cumprimento da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e do Plano Nacional da Pessoa com Deficiência, “Viver sem limite”, (Decreto nº 7612 de 17 de novembro de 2011).

Situação atual: Atualmente, 53% dos museus cadastrados no Sistema Brasileiro de Museus têm ação de acessibilidade. Não existem informações oficiais sobre a realidade dos teatros, das bibliotecas, dos arquivos, dos centros culturais e dos cinemas. Em função disto, reforçar-se a necessidade de mapear a situação dos outros equipamentos.

Indicador: Número de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência, em relação ao total dessas instituições ou equipamentos.

Fonte de aferição: Ministério da Cultura (MinC) e Sistema Nacional de Indicadores e Informações Culturais (SNIIC).

Na meta 29 existe uma definição do público específico neste caso os deficientes, em que são sugeridas adaptações para serem implantadas nos museus, baseadas num decreto de lei datado do ano 2000. Apenas mais da metade dos museus cadastrados na base do SBM possuem algum tipo de adaptação.

No entanto não constam quais as deficiências a serem assistidas e asseguradas nos museus, nem está deliberado o prazo para ser batida a meta estabelecida. Ou seja, existe

uma meta, mas não se sabe de fato a realidade, pois não há um diagnóstico de campo aferindo as condições dos 53% que possuem acessibilidade nem os demais que não possuem a estrutura. Ou ainda do público que vai aos museus qual o percentual de pessoas com deficiência e qual a deficiência mais recorrente.

Meta 34) 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados.

Situação atual: Até 2010, o Programa de Modernização de Bibliotecas Públicas do Ministério da Cultura contemplou 11,5% (609 de um total de 5.303) das bibliotecas públicas existentes no país. Em relação aos museus, o Programa de Modernização do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) contemplou 3% (94 de um total de 3.025) do total de museus.

Indicador: Número de bibliotecas públicas e de museus contempladas por programas públicos de modernização realizados pelo governo federal e entes federados que aderirem ao PNC, em relação ao total de bibliotecas públicas e museus dos cadastros nacionais de bibliotecas públicas e de museus.

Fonte de aferição: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), Sistema Brasileiros de Museus (SBM) e Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP).

Apenas 94 museus de um universo de mais de 3.000 foram modernizados, isso demonstra efetivamente o que tem sido priorizado pela política cultural vigente. É preciso salientar que o direcionamento da verba destinada aos

museus, não se efetivou para esta finalidade, mas, no entanto, outros mega museus foram criados, levando parte significativa do orçamento.

Para além de perceber a necessidade de criar novos museus, nada é feito no intuito de trabalhar com o quadro de museus existente.

Meta 41) 100% de bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no SNIIC

Situação atual: O Sistema Nacional de Informações de Indicadores Culturais (SNIIC) está em fase de implantação.

ÍNDICE – Número de museus que disponibilizam informação sobre seus acervos em plataforma integrada ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), em relação ao total de museus cadastrados no mesmo sistema.

A internet atua como meio rápido e dinâmico de substanciar pesquisas escolares, encontrar rápidas informações e promover a dinâmica da interação, mas com relação aos museus este fato se restringe ao museu em questão ter ou não um site, pois ainda se encontra em fase implantação um sistema integrado de base de informações sobre museus e acervos.

Outro fato também preocupante é o de um PNC/PNSM de 10 anos, lançado em 2010 com vigência até 2020. Foram estabelecidas preocupações atuais, com uma perspectiva futura, mas que a condicionante Eleição, nomeadamente a de 2014-2018 coloca em risco a excussão de um Plano Nacional de Cultura e suas respectivas metas. O que mais assusta e

incomoda desse plano de metas do PNC são os índices e de verificação e as unidades métricas: temporais e quantitativas.

Que lição pode tirar disto? Independe dos governos serão traçados planos nacionais e metas, mas estes nunca serão alcançados, e a cultura ficará a mercê com sempre, independente de partidarismo.

PNSM – Plano Nacional - Seção Museus

Já em relação ao PNSM, em que existe uma pauta tratada especificamente com acadêmicos, dirigentes, órgãos do governo e a sociedade civil podem destacar algumas das ações específicas desse plano.

PNC - Estratégias, diretrizes e ações do setor museal.

Fortalecer a ação do Estado no planejamento e execução das políticas Culturais.

Criar o Instituto Brasileiro de Museus e estimular a formação de sistemas e redes estaduais e municipais de museus que estejam integrados ao Sistema Brasileiro de Museus.

O IBRAM tem como definição:

“A nova autarquia vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) sucedeu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais.

O órgão é responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor – aumento de visitação e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros. Também é responsável pela administração direta de 30 museus”.¹¹

É interessante realçar que o IBRAM, bem como sua autarquia superior o MinC entende o equipamento cultural museu como algo tenha metas, números e prestações de contas a dar pois tem com premissa em sua definição o “aumento de visitação e arrecadação dos museus”. Ou seja, diferente como pensa alguns a favor de um museu “sem números”, o IBRAM e o MinC entendem o contrário. E a propósito, não é mau nenhum esse tipo de postura. Afinal, é preciso e necessário mensurar a efetividade do dinheiro público que é gasto na criação, manutenção e desenvolvimento deste equipamento cultural.

Incentivar, proteger e valorizar a diversidade artística e cultural brasileira.

- Fomentar, nos municípios, a criação de museus e centros culturais que trabalhem no campo da memória, com a finalidade de promover ações de preservação e dinamização dos bens patrimoniais locais.
- Instituir um sistema de gestão em rede para os museus etnográficos e centros culturais indígenas, transformando-os em instrumentos de preservação da diversidade cultural.

¹¹ Definição do IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

- Promover ações que efetivem a vocação dos museus para a comunicação, investigação, documentação e preservação da herança cultural, bem como para o estímulo do estudo sobre a produção contemporânea.

Neste quesito do PNSM pode-se observar que existe por parte do MinC interesse de fomentar nos municípios a criação de museus, indo de encontro com a política de pontos de cultura, mantida na gestão atual do governo, de manter os Ponto de Cultura.

Podemos destacar ainda no PNSM que um de seus eixos de atuação Eixo II – Cultura, cidade e cidadania, o plano visa investimento nos quadros profissionais da ação educativa, e do serviço sociocultural dos museus. E prevê a frequência, retorno e permanência dos visitantes.

Encarando os visitantes como clientes, e o museu com o uma entidade responsável em promover ações de fidelização do público, estimando ainda uma meta de aumentar em 20% por ano para frequência, retorno e permanência e 10% para a mesma situação com pessoas portadoras de deficiência física.

Eixo II – Cultura, cidade e cidadania:

- Ampliar, qualificar e melhorar o investimento nos quadros de profissionais da ação educativa e do serviço sociocultural dos museus e demais espaços de memória.

Para tanto, prevê-se, a partir da disponibilização pelo Cadastro Nacional de Museus dos dados de frequência, retorno e permanência de visitantes:

- Aumentar anualmente em 20% o percentual de frequência, retorno e permanência de visitantes dos museus brasileiros.
- Aumentar anualmente em 10% o percentual de frequência, retorno e permanência de visitantes com algum tipo de necessidade especial dos museus brasileiros.

Com isso pode-se assinalar que segundo o MinC, IBRAM, e o PNSM entendem o público dos museus como clientes e para tal estipulam a esses equipamentos culturais performances a serem mensuradas e com o intuito de trazer retorno, ou de pelo menos continuar o investimento a esse equipamento cultural.

Desse ponto de vista, é importante que se tenha essa postura, pois existe forte resistência na compreensão das ações assertivas por meio de instrumentos de mensuração da efetiva. Esse é um ponto a ser superado na gestão de espaços de memória uma vez que o dinheiro gasto nesse bem público é proveniente dos impostos dos contribuintes, e independentemente desse bem público não ser caracterizado como empresa está a serviço da eficiência e da eficácia na utilização dos recursos. De acordo com pesquisas de público cerca de 1% da população é o público dos museus. Se houvesse uma postura mais seria em relação a captação e manutenção de visitantes/clientes acredita-se que teríamos números mais interessantes.

Outro ponto a ser colocado é que mesmo o governo entendendo que é necessário aumentar o percentual de frequência, retorno e permanência de visitantes não tem a especificidade dos públicos a serem mobilizados. Ou seja, podemos ter um aumento apenas de um determinado estrato social, hipoteticamente aqui, talvez o que já frequenta esse equipamento cultural, não caracterizando assim uma policia

publica de universalização do acesso. Talvez fosse importante adoção de metas com a definição dos estratos, para demonstrar quem tem ido ao museu, e essa dinâmica. Dessa forma podemos perceber a aproximação de um ou outro perfil de usuário e o seu estrato, de tal forma que podemos direcionar as atenções, para o estrato/perfil mais necessitado de auxílio deste equipamento cultural.

No Eixo III – Cultura e desenvolvimento sustentável é possível perceber que o MinC/IBRAM/PNSM percebem o museu como um espaço de empreender, isso é bastante interessante pois imputa ao museu uma outra dinâmica com a sociedade, tornando-se mais uma alternativa de para o desenvolvimento de trabalho e renda. Nesse aspecto podemos perceber como um ponto positivo, ver o museu como alavanca para o empreendedorismo cultural.

Eixo III – Cultura e desenvolvimento sustentável:

- O envolvimento do museu nas estratégias relativas ao desenvolvimento sustentável local, envolvendo:
 - a) a geração de renda para as comunidades trabalhadas;
 - b) a inserção dos museus nas estratégias relativas ao desenvolvimento do turismo sustentável.

E por fim no Eixo IV – Cultura e economia criativa um endosso a esse museu como agente transformador no desenvolvimento de trabalho e renda, atuando com uma alternativa a ser considerada no desenvolvimento de uma economia criativa.

Eixo IV – Cultura e economia criativa:

- Fomentar a relação museu-comunidade, considerando a função social dos museus, produzindo novas perspectivas de geração de renda pautadas em produtos e serviços que aproveitem potencialidades, saberes e fazeres. Nesse sentido, criando

Fundo Setorial de Museus em âmbito Federal, Estadual, Municipal e Distrital voltado para entidades governamentais e não governamentais, a fim de garantir a sustentabilidade de seus planos museológicos plurianuais e destacando a manutenção dessas instituições.

As propostas, nesse caso, convergem para:

- As estratégias de aproximação do museu com a comunidade em que está inserido como forma de contribuir para a sustentabilidade econômica dos museus e para a geração de fluxos econômicos para essas comunidades.

De uma forma geral há quem defenda e há também quem critique, é claro que qualquer Política Pública e Política Pública Cultural vão agradar a uns e desagradar a outros. Segundo Célio Turino¹²:

¹² Célio Turino é historiador, escritor e gestor de políticas públicas. Servidor Público há mais de 30 anos, exerceu funções como Secretário de Cultura e Turismo em Campinas, SP (1990/92) Autor e organizador de inúmeros livros e ensaios, entre os quais: NA TRILHA DE MACUNAÍMA – ócio e trabalho na cidade (Ed. SENAC, 2005) e PONTO DE CULTURA, o Brasil de baixo para cima (Ed. Anita Garibaldi, 2009).

“Foi retirado o véu da invisibilidade (entre muitos outros véus que precisam ser retirados) e todo um país se desescondeu. Ponto de Cultura, a sedimentação do fazer cultural no território, junto às comunidades, desencadeando processos de autonomia, protagonismo e empoderamento criativo e social. Cultura Viva, a macro-rede que une e dá sentido a esta imensa rede de pontos diversos. Diversos e comuns ao mesmo tempo. Cada Ponto com sua forma e modo de ser, mas todos com um ponto em comum: a unidade na diversidade.”

Mas também houve quem não apoiasse, o questionasse o que foi feito e como foi feito. De acordo com André Miranda¹³:

“...Seu primeiro edital foi lançado em julho de 2004, com cerca de 800 projetos inscritos e 210 selecionados. O programa passou a ser o carro-chefe na área cultural do governo Lula. Seu orçamento, que em 2004 era de R\$ 4 milhões, chegou a R\$ 216 milhões em 2010, o último ano de Lula na presidência.(...) Em 2011, primeiro ano de Dilma, o programa teve disponíveis apenas R\$ 80 milhões(...)Hoje, para que o MinC honre os compromissos firmados com os quase 3.500 Pontos de Cultura em atividade, seriam necessários pelo menos R\$ 200 milhões.”¹⁴

É inevitavelmente a cultura sofresse a influência da política, é condição sine qua non, é indissociável, intrínseca essa relação, e como é de se esperar toda e qualquer política.

¹³ Colunista da sessão cultura do Jornal O Globo.

¹⁴<http://oglobo.globo.com/cultura/projeto-pontos-de-cultura-criado-pelo-governo-sofre-esvaziamento-deve-ir-justica-4249609>

É o uso da força, da influencia, do sistema a favor dos ideias desta ou daquela administração.

E costumeiramente essa politica é pensada para os aliados, ou para aqueles que o governo entende serem os beneficiados, dessas políticas públicas. No entanto cabe refletir sobre o papel do governo em promover o bem comum e o livre acesso do povo aos proventos assistidos na Carta Magna desta nação. Mas, sobretudo, de promover aos que mais precisam de conhecimento e cultura, e que de uma forma ou de outra não são privilegiados.

Conclusão

Com efeito o discorrer desse texto deu conta de assentar a afirmação colocada no início do texto. O quão difícil é tratar de politica, e politica publica cultural. E que em grande parte das ações propostas são feitas pra não acontecer, ou pra dar errado, mas precisam aparecer, por que é necessário está fazendo alguma coisa, é mostrar serviço, independentemente do quesito efetividade. E afirmar a pouca boa vontade da maquina pública, ainda que seja do conhecimento de todos.

É preciso fazer política cultural sem a segunda intenção, é preciso fazer sem a conveniência, nossa de cada dia, sem trazer a brasa pra nossa sardinha. Sem pensar no cabresto de quatro em quatro anos. Trabalhar sério e trabalhar pra quem precisa assim a situação muda, e podemos pensar em ter um país mais igual, e com acesso não só aos equipamentos culturais como aos bens básicos a sobrevivência.

Políticas públicas é inclusão social, apoiadas substancialmente na integração de indivíduos segregados do ambiente coletivo, do espaço comum, seja por condição social, etnia, raça, por atitudes que vieram a distingui-los e destacá-los do meio social, por qualquer que seja a não

adequação ao que o modelo sistêmico social impõe principalmente na sociedade Brasileira.

Ainda que grande parte do cenário político entenda ser um erro, um perigo, um contrassenso instrumentalizar o povo com educação e cultura.

Bibliografia

Kamakura A. Mazzon A. J. - Estratificação Socioeconômica e Consumo no Brasil, Bulcher, São Paulo 2013.

METAS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA – 12/2011 – Brasília DF

Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. – Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010.

Plano Nacional Setorial de Museus - 2010/2020 (2010: Brasília – DF)

Fonte dos dados

Base de dados referente a 200722

Bases de dados referentes a 2007

CULTURA EM NÚMEROS 2ª edição © 2010 MINISTÉRIO DA CULTURA

Demu/IPHAN e IPHAN

Funarte

Base de dados referente a 2007

Fundação Biblioteca Nacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo 2010

IBGE Base de dados referente às pesquisas

LIT- Levantamento de Informações Territoriais – Censo 2010

Perfil dos Municípios Brasileiros – MUNIC – Suplemento Culturacom dados de 2006.Sistema de Informações Culturais 2003–2005

Site

<http://culturadigital.br/ecocultminc/files/2010/06/Cultura-em-N%C3%BAmeros-web.pdf>

<http://www.brasilgamer.com.br/articles/2013-07-04-mercado-de-games-chega-a-usUSD-86-bilhoes-em-2016-aponta-newzoo>

<http://www.cultura.gov.br/>

<http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc>

<http://www.ibge.gov.br/home/>

<http://oglobo.globo.com/cultura/projeto-pontos-de-cultura-criado-pelo-governo-sofre-esvaziamento-deve-ir-justica-4249609>

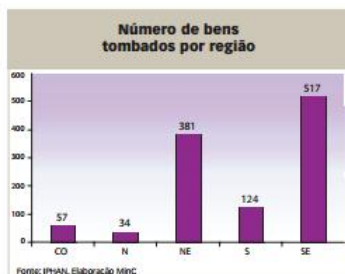
<http://www.revistaforum.com.br/brasilvivo/2013/07/07/o-desmonte-do-programa-cultura-viva-e-dos-pontos-de-cultura-sob-o-governo-dilma/>

<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2013/08/veja-diferencas-entre-conceitos-que-definem-classes-sociais-no-brasil.html>

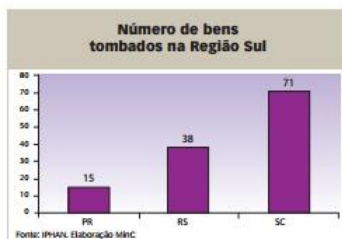
<http://blogs.ne10.uol.com.br/mundobit/2013/11/09/museus-encantam-visitantes-com-o-uso-da-tecnologia/#sthash.q8F0qyTC.dpuf>

Anexos

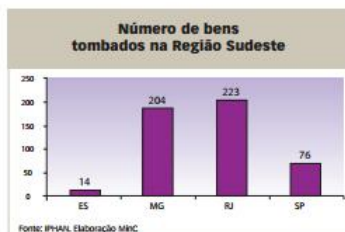
OFERTA DA CULTURA PATRIMÔNIO



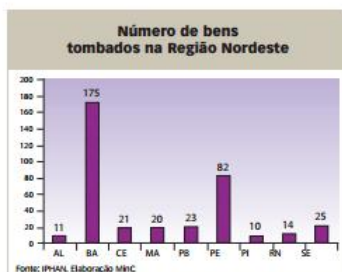
As Regiões Sudeste e Nordeste apresentaram os maiores números absolutos de bens tombados.



Na Região Sul, Santa Catarina apresentou a maior quantidade de bens tombados pelo IPHAN.



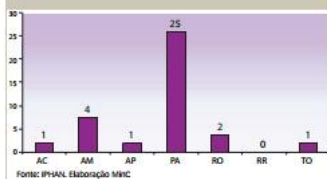
Na Região Sudeste, os maiores números absolutos de bens tombados encontram-se em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.



Na Região Nordeste, os Estados da Bahia e de Pernambuco apresentaram os maiores números absolutos de bens tombados.

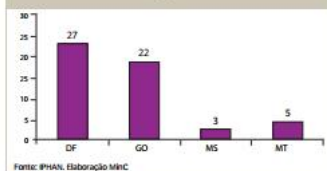
OFERTA DA CULTURA PATRIMÔNIO

Número de bens tombados na Região Norte



Os estados desta região apresentam poucos bens tombados pelo IPHAN. O Estado do Pará apresentou o número mais expressivo.

Número de bens tombados na Região Centro-Oeste



Na Região Centro-Oeste, o Distrito Federal e Goiás apresentaram os maiores números absolutos de bens tombados.

Distribuição – Bens tombados por Unidade Federativa

1	Rio de Janeiro	223
2	Minas Gerais	204
3	Bahia	175
4	Pernambuco	82
5	São Paulo	76
6	Santa Catarina	71
7	Rio Grande do Sul	38
8	Distrito Federal	27
9	Pará	25
10	Sergipe	25
11	Paraíba	23
12	Goiás	22
13	Ceará	21
14	Maranhão	20
15	Paraná	15
16	Rio Grande do Norte	14
17	Espírito Santo	14
18	Alagoas	11
19	Piauí	10
20	Mato Grosso	5
21	Amazonas	4
22	Mato Grosso do Sul	3
23	Rondônia	2
24	Acre	1
25	Amapá	1
26	Tocantins	1
27	Roraima	0

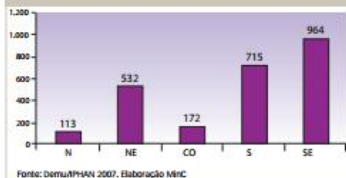
Fonte: IPHAN, Elaboração Minc

Na distribuição geral dos bens tombados pelo IPHAN, os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia concentram a maior quantidade deles.

OFERTA DA CULTURA

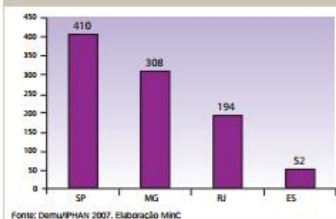
MUSEUS

Museus cadastrados por região



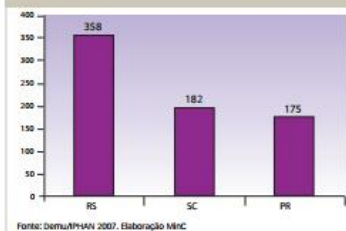
Os números indicam disparidade da presença de museus nas regiões. A maior quantidade dos equipamentos é observada nas Regiões Sudeste e Sul, respectivamente.

Número de museus na Região Sudeste



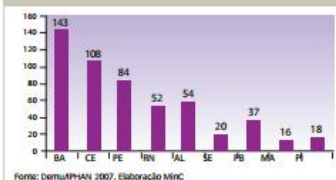
Esta é a região que mais tem museus cadastrados pelo IPHAN, especialmente influenciada pelos números dos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Número de museus na Região Sul



Nessa região, observa-se equilíbrio entre os Estados de Santa Catarina e Paraná. O Rio Grande do Sul apresentou o maior número de registros.

Número de museus na Região Nordeste

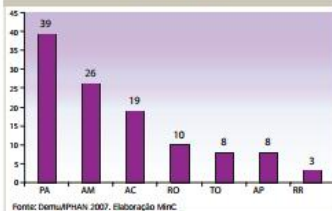


Os Estados da Bahia e do Ceará, respectivamente, concentram as maiores quantidades de museus na Região Nordeste.

OFERTA DA CULTURA

MUSEUS

**Número de museus
na Região Norte**



Na Região Norte, os números referentes aos Estados do Pará e Amazonas são os mais expressivos.

**Número de museus
na Região Centro-Oeste**



Na Região Centro-Oeste, o Distrito Federal e o Estado de Goiás apresentaram os maiores números de museus registrados.

**Distribuição - Número de museus
por Unidade Federativa**

1	São Paulo	410
2	Rio Grande do Sul	358
3	Minas Gerais	308
4	Rio de Janeiro	194
5	Santa Catarina	182
6	Paraná	175
7	Bahia	143
8	Ceará	108
9	Pernambuco	84
10	Distrito Federal	57
11	Alagoas	54
12	Rio Grande do Norte	52
13	Espírito Santo	52
14	Goiás	51
15	Mato Grosso do Sul	44
16	Pará	39
17	Paraná	37
18	Amazonas	26
19	Sergipe	20
20	Mato Grosso	20
21	Acre	19
22	Piauí	18
23	Maranhão	16
24	Rondônia	10
25	Tocantins	8
26	Amapá	8
27	Roraima	3

Fonte: Demu@PHAN, 2007. Elaboração MENC.

A presença dos museus nos estados está correlacionada ao seu tamanho geográfico e populacional e às influências históricas.

OFERTA DA CULTURA

MUSEUS

Índice de Habitantes por Museu Número de habitantes/ Número de museus/100.000

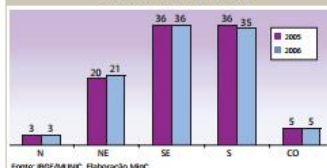
	IHM
Capitais	
1 Rio Grande do Sul	0,31
2 Santa Catarina	0,33
3 Acre	0,36
4 Distrito Federal	0,42
5 Mato Grosso do Sul	0,52
6 Alagoas	0,56
7 Rio Grande do Norte	0,59
8 Paraná	0,59
9 Minas Gerais	0,63
10 Espírito Santo	0,67
11 Ceará	0,76
12 Amapá	0,77
13 Rio de Janeiro	0,80
14 Bahia	0,98
15 Paraíba	0,98
16 Sergipe	1,00
17 São Paulo	1,00
18 Pernambuco	1,01
19 Goiás	1,12
20 Amazonas	1,27
21 Roraima	1,34
22 Mato Grosso	1,43
23 Rondônia	1,56
24 Tocantins	1,67
25 Piauí	1,69
26 Pará	1,82
27 Maranhão	3,87

Fonte: Demu/MUNIC. Elaboração MNC

A tabela mostra que, nos estados das Regiões Norte e Nordeste, existem menos pessoas para cada museu. Entre os estados das demais regiões, essa média eleva-se.

Não foi possível determinar o número de museus nas capitais. Optou-se por colocar o Índice de Habitantes por Museu das Unidades Federativas. Não foi possível, pela mesma razão, determinar o Índice de Concentração na Capital.

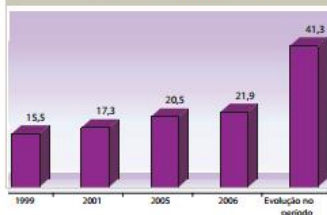
Distribuição percentual da totalidade de municípios com museus no Brasil



Fonte: IBGE/MUNIC. Elaboração MNC

Todas as regiões apresentaram elevação no número bruto de municípios com museus. Percentualmente, verifica-se elevação de 1% na Região Nordeste e o mesmo percentual de redução na Região Sul.

Evolução de municípios com a presença de museus, conforme o ano



Fonte: IBGE/MUNIC. Elaboração MNC

Houve evolução percentual da presença de museus nos municípios brasileiros de 41,3% em 7 anos (1999-2006).

Distribuição dos estados com recursos da União destinados à cultura

UF	%	UF	%	UF	%	UF	%
BRASIL	16,59	Rondônia	21,15	Pará	13,99	Maranhão	11,52
Sergipe	42,67	Tocantins	19,42	Goiás	13,01	Mato Grosso	11,35
Paralba	34,08	Amazonas	19,35	Santa Catarina	12,63	Ceará	10,87
Pernambuco	28,65	Rio Grande do Norte	19,16	Rio Grande do Sul	12,5	São Paulo	7,29
Acre	27,27	Piauí	18,83	Paraná	12,03	Roraima	6,67
Bahia	25,66	Minas Gerais	17,23	Alagoas	11,76	Amapá	6,25
Espirito Santo	24,36	Rio de Janeiro	14,13	Mato Grosso do Sul	11,54		

Fonte: IBGE/MUNIC. Elaboração Minc

Diz respeito à porcentagem dos municípios de cada estado que têm, no orçamento da união, recursos destinados à cultura. Observa-se que cerca de 17% dos municípios brasileiros possuem algum recurso federal destinado à cultura, e, no Estado de Sergipe, esse percentual supera 40%.

Distribuição dos estados com recursos estaduais destinados à cultura

UF	%	UF	%	UF	%	UF	%
BRASIL	21,98	Paralba	32,29	Sergipe	21,33	Rio de Janeiro	10,87
Amapá	87,50	Tocantins	30,22	Santa Catarina	17,06	Paraná	10,78
Mato Grosso	43,97	Bahia	30,22	Mato Grosso do Sul	16,67	Piauí	10,76
Amazonas	41,94	Ceará	29,35	São Paulo	14,26	Maranhão	9,68
Acre	36,36	Pernambuco	28,11	Rio Grande do Sul	13,31	Alagoas	6,86
Minas Gerais	33,41	Pará	27,97	Goiás	12,60	Roraima	6,67
Espirito Santo	33,33	Rio Grande do Norte	21,56	Rondônia	11,54		

Fonte: IBGE/MUNIC. Elaboração Minc

O dado mostra a porcentagem dos municípios de cada estado que têm, em seu orçamento, recursos destinados à cultura. O Amapá apresentou o percentual de distribuição mais elevado entre os estados.

DEMANDA POR CULTURA PRÁTICAS CULTURAIS NAS CAPITALS

Práticas culturais – Brasília Em porcentual	
Amostra total	100,0
Ouvir música	53,0
Reunir-se com os amigos	34,0
Ir a shopping centers	27,0
Ler livros	21,0
Praticar algum esporte	18,0
Sair para beber/ir a bares	17,0
Ir a restaurantes/Sair para jantar	14,0
Jogar games (videogame ou no computador)	14,0
Fotografia	13,0
Ir ao cinema	10,0
Fonte: IBOPE	

A tabela apresenta as práticas culturais em Brasília (DF), nas quais 53% das pessoas praticam ouvir música e 10% frequentam cinemas.

Práticas culturais – Belo Horizonte Em porcentual	
Amostra total	100,0
Ouvir música	53,0
Reunir-se com os amigos	30,0
Ir a shopping centers	22,0
Ler livros	21,0
Sair para beber/ir a bares	17,0
Praticar algum esporte	15,0
Jogar games (videogame ou no computador)	12,0
Ir a restaurantes/Sair para jantar	9,5
Sair para dançar	9,3
Ir ao cinema	8,9
Fotografia	8,5
Ir a clubes	7,4
Fazer palavras cruzadas	7,3
Jogos de mesa/Batalho	6,8
Passar fora da cidade	6,5
Pintar/Desenhar	6,4
Ir à academia de ginástica	6,2
Ir a shows/Concertos musicais pagos em casas de espetáculos	4,1
Decorar a casa	5,9
Cozinhar/Atividades de culinária	5,7
Ir à praia/Lagoa	5,4
Fazer crochê/Ticô/Bordado	5,3
Ir a shows/Concertos musicais gratuitos	4,8
Ir a cafés	4,6
Tocar algum instrumento musical	4,4
Ir a parques	4,3
Assistir a eventos culturais	4,0
Fonte: IBOPE	

A tabela apresenta as práticas culturais em Belo Horizonte (MG), nas quais 53% das pessoas praticam ouvir música e 4% assistem a eventos culturais.

DEMANDA POR CULTURA

PRÁTICAS CULTURAIS NAS CAPITAIS

Práticas culturais – São Paulo	
<small>Em porcentual</small>	
Amostra total	100,0
Ouvir música	49,0
Reunir-se com os amigos	26,0
Ler livros	20,0
Ir a shopping centers	20,0
Jogar games (Videogame ou no computador)	13,0
Praticar algum esporte	13,0
Sair para beber/ir a bares	11,0
Ir a restaurantes/Sair para jantar	11,0
Sair para dançar	9,5
Ir à praia/Lagoa	9,3
Ir ao cinema	8,7
Fotografia	7,7
Fazer palavras cruzadas	7,3
Pintar/Desenhar	6,8
Jogos de mesa/Baralho	6,5
Cozinhar/Atividades de culinária	5,9
Ir a parques	5,9
Passar fora da cidade	5,7
Fazer crochê/Tricô/Bordado	5,2
Ir a clubes	5,1
Ir à academia de ginástica	5,1
Decorar a casa	5,0
Ir a shows/Concertos musicais pagos em casas de espetáculos	4,6
Assistir a eventos culturais	4,5
Tocar algum instrumento musical	4,5
Ir a cafés	4,5
Ir a shows/Concertos musicais gratuitos	4,0
Fazer artesanato (Louça, cerâmica, entre outros)	3,1
Brincar de karaokê em casa	2,9
Ir a shows/Concertos musicais pagos ao ar livre	2,6
Fazer jardinagem	2,5
Aulas de educação adulta	1,7
<small>Fonte: IBOPe</small>	

A tabela apresenta as práticas culturais em São Paulo (SP), nas quais 49% das pessoas praticam ouvir música e 1,7% assistem a aulas de educação adulta.